



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 33, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DAS COMISSÕES

1 **Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, das nove horas às dez**  
2 **horas, realizou-se a reunião da Comissão Bicameral, com o tema “Educação Profissional**  
3 **e Tecnológica no Brasil – EPT”.** Estiveram presentes os(as) Conselheiros(as) Leila Soares de  
4 Souza Perussolo (Presidente), Cleunice Matos Rehem (Relatora) e Heleno Manoel Gomes de  
5 Araújo Filho. Participaram virtualmente, por meio da Plataforma *Microsoft Teams*, os(as)  
6 Conselheiros(as) Israel Matos Batista, Monica Sapucaia Machado, Otavio Luiz Rodrigues Jr. e  
7 Paulo Fossatti. A Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo abriu a sessão dando as boas-  
8 vindas e ressaltou a importância do trabalho coletivo e da responsabilidade da comissão em  
9 garantir resultados de qualidade para a Educação Profissional e Tecnológica. Reconheceu o  
10 empenho da equipe técnica do CNE e informou que esta décima primeira reunião tem como  
11 foco a análise da versão preliminar do relatório elaborado pela relatora, com base na matriz  
12 consolidada e na Resolução nº 1, de 2021, fruto de reuniões com especialistas. Destacou o  
13 esforço e a competência dos envolvidos no processo e, em seguida, concedeu a palavra à  
14 Relatora para a apresentação da minuta. A Conselheira Cleunice Matos Rehem apresentou a  
15 versão preliminar da atualização da Resolução nº 1, de 2021, elaborada com o apoio de  
16 dezessete especialistas da área que integram o Comitê Assessor. Explicou que a revisão  
17 incorpora novas Leis e Decretos da Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica,  
18 atualizando conceitos, princípios e diretrizes. Destacou a definição ampliada da Educação  
19 Profissional e Tecnológica, que integra ciência, tecnologia, inovação e sustentabilidade, bem  
20 como a indissociabilidade entre formação geral e técnica. A nova estrutura organiza os capítulos  
21 em fundamentos, categorias de cursos (qualificação, técnicos e tecnológicos), eixos  
22 tecnológicos e itinerários formativos profissionais, alinhados aos catálogos nacionais. Apontou  
23 que o texto define critérios para planejamento e oferta de cursos, considerando as demandas  
24 socioeconômicas e ambientais, as vocações regionais e as condições das instituições de ensino.  
25 Inclui, também, novas seções sobre cursos experimentais, buscando reduzir a burocracia e  
26 permitir respostas rápidas às demandas emergenciais locais. A Conselheira Cleunice Matos  
27 Rehem ressaltou, ainda, a valorização do reconhecimento de saberes e experiências  
28 profissionais, possibilitando o aproveitamento de estudos e a certificação de competências, o  
29 que favorece percursos formativos mais flexíveis. Por fim, apresentou o novo Sistema Nacional  
30 de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica, instituído por decreto, que introduz pela  
31 primeira vez a avaliação dos cursos técnicos. Destacou o projeto-piloto realizado pelo Instituto  
32 Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, em dois mil e vinte e  
33 quatro, considerado inovador por envolver estudantes, professores e a análise das condições  
34 institucionais e regionais. As diretrizes também contemplam a Educação Profissional e  
35 Tecnológica a Distância, assegurando coerência com a nova regulação nacional. O Conselheiro  
36 Paulo Fossatti, com a palavra, iniciou sua fala cumprimentando os presentes e elogiando o  
37 trabalho conduzido pela Presidente e Relatora, destacando a seriedade e profundidade com que  
38 a comissão tem tratado o tema, além da contribuição significativa dos especialistas, que



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 33, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DAS COMISSÕES

39 agregaram valor e robustez ao texto apresentado. Afirmou acreditar que o documento está  
40 maduro e pronto para passar por uma revisão de redação e, em seguida, ser submetido à consulta  
41 pública, etapa que permitirá incorporar novos olhares da sociedade e das instituições. Ressaltou  
42 que não é necessário esgotar as discussões neste momento, pois o processo ainda prevê duas  
43 fases importantes: a consulta pública, com prazo de trinta dias para contribuições, e a audiência  
44 pública, que reunirá colaborações qualificadas. Por fim, sugeriu conceder alguns dias para  
45 ajustes e inclusão de eventuais contribuições dos especialistas do Comitê Assessor e membros  
46 da comissão, previamente ao envio do texto para consulta pública. A Conselheira Cleunice  
47 Matos Rehem agradeceu a contribuição do Conselheiro Paulo Fossatti, concordando com a  
48 importância das etapas de consulta e audiência pública previstas no plano de trabalho da  
49 comissão. Destacou que ambas são fundamentais para o aprimoramento da minuta e para  
50 assegurar a participação da sociedade brasileira no processo. Explicou que, embora houvesse o  
51 desejo inicial de aprovar o documento ainda em dezembro de dois mil e vinte e cinco,  
52 especialmente para viabilizar a organização dos itinerários formativos e inscrições previstas  
53 para o ano de dois mil e vinte e seis, será necessário ajustar o cronograma. Informou que  
54 pretende, em cerca de uma semana, disponibilizar a versão para consulta pública, de modo a  
55 garantir a escuta ampla e o recebimento de contribuições antes da etapa de audiência pública e  
56 da aprovação final. A Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo agradeceu de forma especial  
57 a participação dos Conselheiros presentes e daqueles que acompanharam a reunião de forma  
58 virtual, destacou as contribuições e reflexões relevantes apresentadas pela comissão e  
59 especialistas consultores. Destacou ainda a importância das observações emitidas pelo  
60 Conselheiro Paulo Fossatti, incorporadas pela Relatora ao trabalho em desenvolvimento. Ao  
61 final, a Presidente e a Relatora agradeceram as colaborações e declararam a sessão encerrada,  
62 reforçando o compromisso coletivo com a qualidade do documento, ainda em fase de  
63 elaboração. **Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, das dez**  
64 **às onze horas, realizou-se a reunião da Comissão Bicameral sobre Educação Ambiental e**  
65 **Mudanças Climáticas.** Estiveram presentes, presencialmente, os(as) Conselheiros(as)  
66 Cleunice Matos Rehem (Presidente), Gastão Dias Vieira e Heleno Manoel Gomes de Araújo  
67 Filho. Participaram virtualmente, por meio da Plataforma *Microsoft Teams*, os(as)  
68 Conselheiros(as) Israel Matos Batista (Relator- CEB), Mauro Luiz Rabelo, Monica Sapucaia  
69 Machado e Paulo Fossatti. A Conselheira Cleunice Matos Rehem abriu os trabalhos, ressaltando  
70 a importância de atualizar as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental  
71 (DCNEA), de dois mil e doze, diante dos novos desafios ambientais e do fato de que mais de  
72 trinta e oito por cento das escolas brasileiras ainda não aplicam a Educação Ambiental de forma  
73 efetiva. Em seguida, apresentou o cronograma de atividades da comissão que contará com sete  
74 grupos de especialistas e ocorrerá entre os meses de novembro de dois mil e vinte e cinco e  
75 junho de dois mil e vinte e seis, estando previstas as seguintes etapas: 1. formação dos grupos  
76 e escutas temáticas em novembro de dois mil e vinte e cinco; 2. sistematização das contribuições



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 33, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DAS COMISSÕES

77 em dezembro de dois mil e vinte e cinco; 3. primeira reunião da Comissão Bicameral em janeiro  
78 de dois mil e vinte e seis; 4. elaboração da primeira versão das diretrizes em fevereiro de dois  
79 mil e vinte e seis; 5. abertura de consulta pública em março de dois mil e vinte e seis; 6.  
80 consolidação da versão revisada em abril de dois mil e vinte e seis; e 7. encaminhamento da  
81 proposta final ao Plenário do CNE em junho de dois mil e vinte e seis, com perspectiva de envio  
82 ao Ministério da Educação em julho de dois mil e vinte e seis. O Conselheiro Israel Matos  
83 Batista manifestou a necessidade de compreender melhor a proposta de reabertura da audição  
84 apresentada pela Relatora Elizabeth Regina Nunes Guedes e sugeriu ajustes no cronograma das  
85 oitivas. Propôs adiar o início das audições dos grupos, inicialmente previstas entre os dias dez  
86 e dezoito de novembro do ano vigente, para o dia dezessete do mês corrente, estendendo-as até  
87 vinte e cinco de novembro do mesmo ano. O Conselheiro Mauro Luiz Rabelo relatou  
88 experiência anterior com as Diretrizes Curriculares Nacionais de cursos, alertando que o tempo  
89 de análise das contribuições provenientes da consulta pública pode ser superior ao previsto.  
90 Destacou que o cumprimento do cronograma dependerá da quantidade e da complexidade das  
91 contribuições recebidas, sugerindo que se mantenha certa flexibilidade na programação. O  
92 Conselheiro Gastão Dias Vieira ressaltou a importância de alinhar o trabalho da Comissão às  
93 futuras orientações oficiais do Governo Brasileiro sobre mudanças climáticas, destacando que  
94 o país publicará, em breve, um documento, coordenado por diplomatas, que poderá servir de  
95 referência às novas diretrizes. A Conselheira Cleunice Matos Rehem concordou com as  
96 observações apresentadas, destacando que tanto o Ministério da Educação quanto os Fóruns e  
97 Conselhos Nacionais estão organizados para contribuir com o processo. A Presidente acolheu a  
98 sugestão do Conselheiro Israel Matos Batista quanto à alteração das datas das oitivas, afirmando  
99 que o ajuste não comprometerá o cronograma final. Dessa forma, ficou definido que as escutas  
100 dos grupos ocorrerão entre os dias dezessete e vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e  
101 cinco, mantendo-se as demais etapas conforme o cronograma proposto, com previsão de  
102 conclusão dos trabalhos e encaminhamento da proposta final até julho de dois mil e vinte e seis.  
103 Na sequência, a Presidente informou que, como o ponto anterior não foi deliberado, passou à  
104 discussão seguinte, referente à iniciativa em curso, sob a responsabilidade do Conselheiro Israel  
105 Matos Batista. Esclareceu que o Conselheiro vem coordenando, com o apoio de um grupo de  
106 especialistas convidados, a elaboração de documento basilar voltado a subsidiar futuras  
107 contribuições ao Conselho Nacional de Educação sobre a temática da educação ambiental.  
108 Ressaltou que o estudo vem sendo desenvolvido por especialistas indicados e convidados pelo  
109 Conselho, com o objetivo de servir de referência técnica e conceitual para o debate interno,  
110 havendo inclusive a possibilidade de realização de encontro específico para apresentação e  
111 discussão do material. Informou, ainda, que existe a perspectiva de realização de debate  
112 ampliado no âmbito do Conselho, possivelmente no mês de dezembro do ano corrente, razão  
113 pela qual concedeu a palavra ao Conselheiro Israel Matos Batista para prestar informações  
114 complementares. Em sua manifestação, o Conselheiro Israel Matos Batista agradeceu a palavra



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 33, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DAS COMISSÕES

115 e relatou que, logo no início dos trabalhos, foi solicitado a um grupo de especialistas a síntese  
116 abrangente sobre a situação da educação ambiental nos currículos escolares, tanto no Brasil,  
117 quanto no exterior. Comunicou que essa síntese está concluída, resultante de revisão  
118 bibliográfica robusta, organizada pelo Movimento pela Base, com apoio da Organização das  
119 Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura -Unesco, do Instituto Alana e de outros  
120 especialistas. Informou que o documento se encontra pronto para apresentação e que está  
121 prevista sua divulgação à imprensa, com exclusividade, pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em data  
122 próxima. Esclareceu que, antes da divulgação pública, o grupo de especialistas está disponível  
123 para apresentar o conteúdo ao Conselho Nacional de Educação, a partir da quarta-feira  
124 subsequente, às onze horas. Destacou que o trabalho, intitulado *Educação Ambiental nos*  
125 *Currículos Escolares*, constitui análise detalhada e comparativa da presença da temática  
126 ambiental nos currículos de diversos países, revelando que apenas dezenove por cento deles  
127 mencionam assuntos relativos ao clima e à biodiversidade. O estudo identifica barreiras  
128 estruturais à inserção da educação ambiental, além de apresentar experiências internacionais  
129 bem-sucedidas, com destaque para os países da Coreia do Sul, o Chile e Israel. Ressaltou, ainda,  
130 que o documento contempla capítulo específico sobre os saberes e perspectivas indígenas, bem  
131 como diretrizes internacionais relevantes. No âmbito nacional, o estudo realiza diagnóstico da  
132 Base Nacional Comum Curricular - BNCC, apontando que a abordagem da temática ambiental  
133 é superficial e apresentando recomendações para seu fortalecimento; analisa as Diretrizes  
134 Curriculares Nacionais de dois mil e doze, identificando avanços, fragilidades e experiências  
135 exitosas no Brasil. Ainda, segundo o Conselheiro, o documento encerra com recomendações e  
136 proposições que poderão subsidiar o trabalho do Conselho Nacional de Educação no  
137 aprimoramento das políticas curriculares relacionadas à educação ambiental. Por fim, informou  
138 que o material, embora voltado prioritariamente à educação básica, contém capítulo específico  
139 sobre formação docente, o qual poderá contribuir com discussões correlatas no Conselho.  
140 Encerrando sua exposição, o relator sugeriu que, a apresentação do estudo ocorra ainda nesta  
141 semana, antes da divulgação à imprensa, de modo a permitir que o Conselho tenha acesso prévio  
142 ao conteúdo. Caso não seja viável, propôs que seja realizada reunião extraordinária em  
143 momento oportuno, sem prejuízo da continuidade dos trabalhos. A Presidente, Cleunice Matos  
144 Rehem, agradeceu as informações e manifestações apresentadas, registrando o reconhecimento  
145 pelo empenho e objetividade dos participantes, e declarou encerrada a reunião. **Aos três dias**  
146 **do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, das onze às doze horas, realizou-**  
147 **se a reunião da Comissão de Implementação da Lei nº 13.935/2019 sobre Prestação do**  
148 **Serviços Psicologia e de Serviço Social na Educação Básica.** Estiveram presentes os  
149 Conselheiros Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho (Relator), Cleunice Matos Rehem e  
150 Gastão Dias Vieira. Participaram virtualmente, por meio da Plataforma *Microsoft Teams*, as  
151 Conselheiras Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa (Presidente) e Maria do Pilar Lacerda  
152 Almeida e Silva. A Presidente Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa deu início à sessão,



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 33, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DAS COMISSÕES

153 esclareceu que o objetivo da reunião era retomar a análise da minuta, proposta pelo Conselheiro  
154 Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, sobre a implementação de serviços de psicologia e  
155 serviço social na educação básica. O Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho  
156 apresentou o documento, abordando a base legal, incluindo a Constituição Federal, a Lei de  
157 Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, o Plano Nacional de Educação de 2014, as  
158 Leis 13.935/2019, 14.113/2020 e 14.819/2024, bem como dispositivos do Fundo de  
159 Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da  
160 Educação - Fundeb, com destaque para a regulamentação da atuação de psicólogos e assistentes  
161 sociais, a necessidade de formação específica voltada à educação escolar, a distribuição de  
162 responsabilidades, atribuições gerais e específicas dos profissionais e destacou os próximos  
163 encaminhamentos para elaboração do parecer orientativo. A Conselheira Mariana Lúcia Agnese  
164 Costa e Rosa elogiou o documento, destacando sua clareza e detalhamento, ressaltou a  
165 importância de delimitar os papéis dos profissionais para evitar a medicalização e patologização  
166 das manifestações infantis, mencionando que pontuou comentários essenciais no  
167 aprimoramento do documento, todavia, não afetariam a estrutura do parecer orientativo. O  
168 Conselheiro Gastão Dias Vieira contextualizou a implementação dos profissionais, explicando  
169 o uso dos trinta por cento restantes do Fundeb para a contratação de psicólogos e assistentes  
170 sociais diante da pressão de professores e servidores contrários ao uso de setenta por cento do  
171 fundo, ressaltou a aprovação unânime, embora a vinculação dos recursos possa gerar discussões  
172 futuras. A Conselheira Cleunice Matos Rehem, destacou a relevância do relatório para a  
173 aprimoramento das práticas de ensino e na formação de cidadãos e parabenizou o Relator pela  
174 fundamentação do documento. O Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho explicou  
175 que a minuta do parecer será formalizada e disponibilizada para consulta pública, incluiu  
176 audiências públicas abertas e reuniões específicas com segmentos diretamente envolvidos,  
177 articulando entidades de assistência social para contemplar as demandas e condições  
178 necessárias à implementação da lei. A Conselheira Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa sugeriu  
179 a criação de um grupo no WhatsApp para identificar entidades com as quais irão dialogar  
180 diretamente e a disponibilização do documento online para que seja possível receber  
181 contribuições da sociedade civil. O Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho  
182 ressaltou a necessidade de finalizar o documento e elaborar o cronograma submetendo a  
183 consulta pública, propondo, paralelamente, a realização de uma ou duas audiências públicas  
184 gerais e reuniões específicas para garantir ampla escuta das partes interessadas. Ficou acordado  
185 que os próximos passos da comissão incluem a circulação do texto entre os membros, o  
186 agendamento de reuniões com as entidades selecionadas para coletar sugestões e, por fim, a  
187 organização da consulta pública junto à sociedade, dando prosseguimento ao trâmite do parecer  
188 orientativo. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada. **Aos três dias do mês de**  
189 **novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, das quatorze às quinze horas, realizou-se a**  
190 **reunião da Comissão Bicameral de Educação Especial, cujo trabalho toma como referência**



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 33, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DAS COMISSÕES

191 os processos 23001.000184/2001-92 e 23001.000977/23-17. Com a participação presencial dos  
192 Conselheiros Paulo Fossatti (Presidente), Elizabeth Regina Nunes Guedes, Heleno Manoel  
193 Gomes de Araújo Filho e Ilona Maria Lustosa Becskeházy Ferrão de Sousa, e, virtualmente,  
194 pela Plataforma *Microsoft Teams* os Conselheiros Mauro Luiz Rabelo (Relator), Maria do Pilar  
195 Lacerda Almeida e Silva, Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa e Otavio Luiz Rodrigues Jr..  
196 Participou, virtualmente, Christy Ganzert Gomes Pato, Secretário-Executivo do Conselho  
197 Nacional de Educação – CNE. O Presidente Paulo Fossatti deu início à sessão, destacando que  
198 os principais pontos a serem tratados seriam a validação da ementa da Comissão Bicameral de  
199 Educação Especial e a aprovação do cronograma de trabalho, ressaltando a contribuição da  
200 Conselheira Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa, em alinhamento com orientações do  
201 Ministério da Educação - MEC e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização,  
202 Diversidade e Inclusão – Secadi/MEC, garantindo o foco e a objetividade dos trabalhos. O  
203 Conselheiro Mauro Luiz Rabelo apresentou a minuta da ementa, elaborada a partir do  
204 documento preliminar da Conselheira Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa, agradeceu sua  
205 colaboração, e destacou que o documento contém os elementos essenciais para apreciação da  
206 Presidência do CNE, fundamentando a criação da Comissão na necessidade de assegurar a plena  
207 efetivação do direito à educação das pessoas com deficiência, em consonância com a  
208 Constituição Federal - nos artigos 205 e 208, inciso III, a Convenção sobre os Direitos das  
209 Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas - ONU, o Decreto nº 6.949/2009,  
210 a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência -Lei nº 13.146/2015 e o Estatuto da  
211 Pessoa com Deficiência. Ressaltou que apesar dos avanços legais, persistem barreiras  
212 comunicacionais, tecnológicas, pedagógicas, arquitetônicas e institucionais que limitam o  
213 acesso, permanência, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, e que a  
214 comissão terá atribuições de identificar, analisar e propor soluções para eliminar essas barreiras,  
215 emitir pareceres técnicos, sugerir diretrizes orientadoras e subsidiar políticas educacionais  
216 voltadas à equidade, acessibilidade e inclusão, fortalecendo a atuação do Estado brasileiro no  
217 cumprimento de seus compromissos institucionais e internacionais. A Conselheira Ilona Maria  
218 Lustosa Becskeházy Ferrão de Sousa manifestou interesse em integrar oficialmente a comissão,  
219 solicitando a inclusão de seu nome na portaria correspondente, posteriormente tê-la  
220 acompanhado informalmente em reuniões anteriores. A Conselheira Mariana Lúcia Agnese  
221 Costa e Rosa destacou que a ementa é ampla e aberta, permitindo abarcar diferentes aspectos  
222 da Educação Especial, com ênfase inicial em superdotação e altas habilidades, podendo  
223 incorporar outros temas ao longo dos trabalhos e ressaltou a importância da participação de  
224 grupos organizados da sociedade civil, como a Associação Comunitária Brasileira na Defesa da  
225 Consciência de Cidadania – Ascombras, declarando-se de pleno acordo com a ementa e a  
226 composição da comissão. O Secretário-Executivo Christy Ganzert Gomes Pato informou que,  
227 após interlocução com a Secretaria de Educação Superior - Sese/MEC, a professora Sandra  
228 Maria Antunes Nogueira representará a Sese, e o Diretor de Políticas de Educação Especial na



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 33, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DAS COMISSÕES

229 Perspectiva Inclusiva, Francisco Alexandre Dourado Mapurunga, da Secretaria de Educação  
230 Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão – Dipepi/Secadi/MEC,  
231 colocar-se-ão à disposição para colaborar nas discussões da comissão. O Conselheiro Mauro  
232 Luiz Rabelo apresentou o cronograma preliminar de atividades, destacando que o período de  
233 dezembro de dois mil e vinte e cinco a fevereiro de dois mil e vinte e seis exigirá atenção  
234 especial devido à complexidade operacional e propôs a realização de oitivas com especialistas  
235 e representantes do MEC, levantamento de entidades interessadas e a condução das atividades  
236 de março a maio de dois mil e vinte e seis, visando consolidar contribuições e produzir relatório  
237 preliminar, que será submetido à consulta pública e audiência pública, garantindo robustez ao  
238 processo, sendo a aprovação final do documento realizada em reunião posterior do Conselho  
239 Pleno, conforme Regimento Interno. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes enfatizou  
240 que a metodologia de trabalho seguirá modelos anteriores de formulação de diretrizes  
241 curriculares, com grupos de trabalho para ouvir diversos setores da sociedade e assegurar ampla  
242 representação, garantindo a construção de diretrizes transversais da primeira infância à pós-  
243 graduação, com reuniões extraordinárias e alinhamento a eventos oficiais de homologação pelo  
244 Presidente da República e Ministro da Educação. O Conselheiro Paulo Fossatti sugeriu incluir  
245 no cronograma uma nota de rodapé indicando que, dependendo do andamento, poderão ser  
246 abertas oitivas adicionais. A Conselheira Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa contextualizou a  
247 tramitação conjunta dos Pareceres CNE/CP nº 50/2023, processo 23001.000184/2001-92 e  
248 Pareceres CNE/CP 51/2023, processo 23001.000977/23-17, referentes as altas habilidades e  
249 superdotação, sugerindo priorizar este tema para dar resposta mais ágil à sociedade,  
250 considerando também o Decreto nº 12.686/2025 em discussão pelo Governo Federal, que  
251 poderá influenciar diretrizes futuras. Ficou aprovado o calendário com a observação da  
252 Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes de que, após homologação do novo regulamento,  
253 a tendência será reduzir o prazo para seis meses ou solicitar prorrogação. O Conselheiro Mauro  
254 Luiz Rabelo propôs elaborar um resumo sobre o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025  
255 para apresentação na próxima reunião, com apoio da Conselheira Mariana Lúcia Agnese Costa  
256 e Rosa e ficou definido que ambos poderão contatar os dois convidados do MEC para debater  
257 os documentos. A Conselheira Ilona Maria Lustosa Becskeházy Ferrão de Sousa questionou  
258 sobre a tramitação do parecer de superdotação. O Conselheiro Mauro Luiz Rabelo argumentou  
259 que o parecer retornou para reanálise e não foi homologado, sendo necessária nova rodada de  
260 discussões por solicitação de grupos interessados, complementando o Secretário-Executivo  
261 Christy Ganzert Gomes Pato que o parecer permaneceu em compasso de espera no MEC e que  
262 nova rodada de negociações e audiências foi solicitada. A Conselheira Ilona Maria Lustosa  
263 Becskeházy Ferrão de Sousa sugeriu que o texto da ata indique como ponto de partida os dois  
264 processos das duas comissões que tratam de temas relacionados à temática da educação  
265 especial, quais sejam: 23001.000184/2001-92, da Comissão Bicameral Educação Especial  
266 recomposta pela Portaria CNE/CP Nº14, 10 de novembro de 2025 e o processo



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 33, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DAS COMISSÕES

267 23001.000763/2025-11 pela Comissão Educação Inclusiva na Educação Básica instituída pela  
268 Portaria CNE/CEB Nº 13, 19 de novembro de 2024, incluindo seus números, permitindo estudo  
269 prévio pelos membros. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Paulo Fossatti encerrou a  
270 sessão. **Aos três dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, das quinze horas às**  
271 **dezesseis horas, realizou-se a reunião da Comissão Bicameral sobre Ciência, Tecnologia e**  
272 **Inovação - CT&I.** Estiveram presentes os(as) Conselheiros(as) Paulo Fossatti (Presidente),  
273 Elizabeth Regina Nunes Guedes, Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho e Monica Sapucaia  
274 Machado, e participaram virtualmente através da Plataforma *Microsoft Teams* os Conselheiros  
275 Celso Niskier (Relator), Cleunice Matos Rehem, Israel Matos Batista e Mauro Luiz Rabelo. O  
276 Presidente Paulo Fossatti deu as boas-vindas, registrou a presença dos participantes e justificou  
277 ausências. Destacou que a comissão cumpriu integralmente seu planejamento, realizou  
278 audiências públicas no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, e produziu um texto  
279 propositivo e orientativo, evitando imposições que envolvam orçamento ou demandas externas.  
280 O Conselheiro Celso Niskier agradeceu a condução do Presidente e a colaboração dos  
281 Conselheiros, especialistas e representantes da sociedade civil. Ressaltou que a resolução  
282 buscou ser orientativa, oferecendo diretrizes para escolas e instituições de ensino, promovendo  
283 integração da ciência, tecnologia e inovação na Educação Básica e Superior, com foco em  
284 cidadania científica, ética e digital. A resolução considera marcos legais nacionais,  
285 recomendações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura -  
286 Unesco e agendas internacionais. Estabelece eixos como democratização do acesso à cultura  
287 científica, inovação pedagógica, formação de educadores e criação de ecossistemas de  
288 inovação, incluindo laboratórios multidisciplinares, espaços *makers* e parcerias com  
289 universidades, institutos federais, *startups* e comunidade local. Destacou os princípios como  
290 valorização da diversidade de saberes, equidade, centralidade da formação científica e  
291 tecnológica, valorização da docência e perspectiva decolonial. A implementação respeitará a  
292 autonomia dos sistemas de ensino, com articulação entre órgãos normativos e executivos. A  
293 Conselheira Cleunice Matos Rehem ressaltou que a resolução apresenta avanços consistentes e  
294 grande potencial de sucesso por ser orientativa. Destacou que ajustes serão enviados até sexta-  
295 feira, sete de novembro de dois mil e vinte e cinco, sem caráter substantivo, e sugeriu concentrar  
296 recomendações em artigo geral, evitando repetições. O Conselheiro Mauro Luiz Rabelo  
297 parabenizou o relator Celso Niskier pelo excelente trabalho e destacou a relevância do tema  
298 para o Conselho e para a educação, enfatizando a importância de levar orientações consistentes  
299 às escolas. O Presidente Paulo Fossatti conduziu a votação prévia da resolução, que foi  
300 aprovada por unanimidade entre os membros da comissão. O Conselheiro Celso Niskier  
301 registrou satisfação com a equipe da comissão e agradeceu a colaboração externa de Diego  
302 Menezes, Presidente da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e  
303 Inovação – Abipti; Maximiliano Pinto Damas – Assessor da Presidência da Semerj; e da  
304 servidora, Franciele Roveda Maffi, bem como de toda a equipe técnica do CNE. O Presidente



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 33, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DAS COMISSÕES

305 Fossatti encerrou a reunião, informando que a minuta será posta em votação na sessão do  
306 Conselho Pleno, em dezembro de dois mil e vinte e cinco. **Aos três dias de novembro de dois**  
307 **mil e vinte e cinco, das dezesseis às dezessete horas, realizou-se a reunião da Comissão**  
308 **Bicameral com o tema Formação Inicial e Continuada de Professores e Gestores da**  
309 **Educação.** Estiveram presentes os Conselheiros Paulo Fossatti (Presidente), Antonio Cesar  
310 Russi Callegari, Elizabeth Regina Nunes Guedes, Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Ilona  
311 Maria Lustosa Becskeházy Ferrão de Sousa, Maria Paula Dallari Bucci e Monica Sapucaia  
312 Machado. Participaram virtualmente, por meio da Plataforma *Microsoft Teams*, os Conselheiros  
313 (as) Márcia Teixeira Sebastiani (Relatora), Cleunice Matos Rehem, Israel Matos Batista, Mauro  
314 Luiz Rabelo e Otavio Luiz Rodrigues Jr.. A sessão foi aberta pelo Presidente Paulo Fossatti, que  
315 saudou os Conselheiros, convidados e o público que acompanhava os trabalhos, desejando uma  
316 excelente reunião. O Presidente destacou que o encontro trataria da formação inicial e  
317 continuada de professores, cuja relatoria estava sob responsabilidade da Conselheira Márcia  
318 Teixeira Sebastiani, que apresentou atualizações sobre as diretrizes de formação docente.  
319 Registrou-se a presença do Presidente do Conselho Nacional de Educação -CNE, Conselheiro  
320 Antonio Cesar Russi Callegari, que ressaltou que a iniciativa da reunião surgiu de um diálogo  
321 com o Presidente Paulo Fossatti e a Conselheira relatora Márcia Teixeira Sebastiani, com o  
322 objetivo de alinhar os integrantes da comissão em relação aos temas que envolvem a formação  
323 de professores, tanto inicial quanto continuada. O Presidente Antonio Cesar Russi Callegari  
324 destacou ainda a importância de consolidar um panorama dos principais projetos sob  
325 responsabilidade do Conselho, entre os quais destaca-se a Resolução CNE/CP nº 4, de vinte e  
326 nove de maio de dois mil e vinte e quatro, suas complementações, a Resolução sobre Estágio e  
327 as discussões sobre formação de gestores escolares, a fim de orientar os próximos  
328 encaminhamentos da comissão de forma coordenada e urgente. Na sequência, a Conselheira  
329 Márcia Teixeira Sebastiani apresentou os quatro projetos em tramitação na Câmara de Educação  
330 Básica relacionados à formação docente. O primeiro foi o Projeto de Resolução sobre Formação  
331 Inicial de Professores, homologado pelo Ministro da Educação em vinte de maio de dois mil e  
332 vinte e quatro, após a publicação do Decreto nº 12.456, de dezenove de maio de dois mil e vinte  
333 e cinco, que trata da oferta de cursos na modalidade a distância. Informou que o Conselho  
334 Nacional de Educação aguardava definição do Ministério da Educação - MEC quanto à carga  
335 horária de presencialidade nos cursos de formação inicial, ponto sensível e determinante para  
336 adequação das diretrizes. O segundo projeto abordado foi o Projeto de Resolução sobre  
337 Formação Continuada de Professores, encaminhado à comissão em vinte e três de outubro de  
338 dois mil e vinte e cinco e já distribuído a todos os membros para análise. O terceiro projeto  
339 tratou da Resolução de Estágio nas Licenciaturas, aprovado por unanimidade em vinte e oito  
340 de janeiro de dois mil e vinte e cinco, submetido à consulta pública e novamente aprovado pela  
341 comissão em sete de julho de dois mil e vinte e cinco, após os ajustes realizados com as  
342 contribuições da consulta pública. O quarto projeto, relativo à Base Nacional Comum de



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 33, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DAS COMISSÕES

343 Competências do Diretor Escolar -BNC-Diretor, foi aprovado pelo Conselho Pleno por meio  
344 da Resolução CNE/CP nº 4, de onze de maio de dois mil e vinte e um, mas devolvido pelo MEC  
345 para reexame após a revogação da Resolução CNE/CP nº 2, de dois mil e dezenove. A  
346 Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani destacou que os quatro projetos dependem da definição  
347 ministerial sobre presencialidade. Relatou reuniões que ocorreram com as secretarias do MEC  
348 — SE/MEC, Seres/MEC, SEB/MEC e Secadi/MEC — nas quais ficou acordado que caberia  
349 ao CNE propor a definição da carga horária. Apresentou três propostas iniciais: (1) manutenção  
350 do percentual atual; (2) aumento para cinquenta por cento; e (3) redução para quarenta por cento  
351 ou trinta por cento. Uma quarta proposta, elaborada com apoio da Coordenação de  
352 Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes/MEC e da Conselheira Maria Paula  
353 Dallari Bucci, inspirou-se no programa Mais Médicos, prevendo exceções regionais. A  
354 Conselheira Monica Sapucaia Machado pontuou que começaram a ser divulgadas as primeiras  
355 pesquisas internacionais sobre educação, citando a Organização das Nações Unidas para a  
356 Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco e a Revista Acadêmica *Perry Search*. Destacou que  
357 os resultados são preocupantes e que, embora o ensino online proporcione flexibilidade e  
358 sensação de inclusão, os resultados cognitivos e de formação profissional são baixos em  
359 comparação com o ensino presencial. Citou o estudo da Escola de Educação de *Harvard*, que  
360 demonstra que a educação tem se tornado uma estrutura de classe, em que pessoas de maior  
361 renda têm acesso à formação presencial, enquanto as de menor renda concentram-se na  
362 modalidade online. Ressaltou que o ensino a distância é uma ferramenta importante, mas que  
363 não se pode negar os dados que apontam problemas na aprendizagem e na formação docente.  
364 Mencionou que alguns países já começam a retirar o ensino a distância do portfólio oficial de  
365 certificação. Por fim, observou que quase oitenta por cento das crianças brasileiras estão na rede  
366 pública, e que os professores formados majoritariamente de forma virtual serão absorvidos por  
367 esse sistema, o que reforça a preocupação com a qualidade da formação. Em seguida, a  
368 Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes manifestou concordância com os pontos  
369 apresentados pela Conselheira Monica Sapucaia Machado e afirmou que o modo como o ensino  
370 a distância foi implementado no Brasil constitui um grave erro. Ressaltou, entretanto, que um  
371 ensino de baixa qualidade ainda é melhor do que a ausência total de oferta educacional, mas  
372 destacou a necessidade de refletir sobre as consequências desse modelo. Considerou a formação  
373 de professores por meio de cursos cem por cento online uma falha estrutural do sistema  
374 educacional e agradeceu as informações apresentadas, reiterando sua concordância com a  
375 análise da Conselheira Monica Sapucaia Machado. A Conselheira Maria Paula Dallari Bucci  
376 sugeriu que as propostas discutidas fossem registradas por escrito, para facilitar a análise e a  
377 tomada de decisão. A Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani apresentou uma tabela de cenários  
378 de ajustes de carga horária, com três propostas de distribuição entre atividades presenciais,  
379 síncronas mediadas e assíncronas, além de uma quarta opção apoiada pelo terceiro setor, pelas  
380 Instituição de Ensino Superior - IES públicas e pela União Nacional dos Estudantes -UNE, que



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 33, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DAS COMISSÕES

381 prevê cinquenta por cento de presencialidade. O Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari  
382 manifestou preocupação com a integração de núcleos proposta por Maria Paula Dallari Bucci,  
383 defendendo a preservação da estrutura e identidade formativa dos cursos. O Presidente Paulo  
384 Fossatti sugeriu incorporar exceções de presencialidade inspiradas no Programa Mais Médicos,  
385 para regiões com ausência de cursos presenciais. A Conselheira Ilona Maria Lustosa  
386 Becskeházy Ferrão de Sousa refletiu sobre a baixa procura por cursos com alta carga presencial  
387 e questionou se as cargas apresentadas seriam mínimas obrigatórias, o que foi confirmado pela  
388 Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani. Antes do encerramento, o Conselheiro Antonio Cesar  
389 Russi Callegari defendeu o avanço de uma resolução específica sobre extensão,  
390 complementando a Resolução CNE/CP nº 4, de vinte e nove de maio de dois mil e vinte e  
391 quatro, e reiterou a importância do estágio desde o primeiro ano da formação docente. Nada  
392 mais havendo a tratar, o Presidente Paulo Fossatti encerrou a sessão. E, para constar, eu, Luciana  
393 Pereira Gomes Borges de Oliveira, lavrei a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada  
394 eletronicamente por mim e pelo Presidente da Sessão, Conselheiro Antonio Cesar Russi  
395 Callegari. Brasília, três de novembro de dois mil e vinte e cinco. **REUNIÕES**  
396 **EXTRAORDINÁRIAS DAS COMISSÕES. Aos vinte e cinco dias do mês de novembro**  
397 **do ano de dois mil e vinte e cinco, das oito às dez horas, realizou-se a Reunião**  
398 **Extraordinária da Comissão de Educação Ambiental e Mudanças Climáticas – Grupo de**  
399 **Trabalho 7 – Educação Básica.** Participaram os Conselheiros Elizabeth Regina Nunes Guedes  
400 (Relatora CES) e Israel Matos Batista (Relator CEB) e, por meio da plataforma *Microsoft*  
401 *Teams*, participaram os convidados Especialistas, Ângela Martins Baeder - Conselheira do  
402 Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz - Cades;  
403 Antonio Vitor Rosa - Universidade de São Paulo - USP; Cláudia Coelho Santos - Docente da  
404 Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Uesb; Genoveva Chagas de Azevedo,  
405 Pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - Inpa; Jacqueline Guerreiro  
406 Aguiar, da Rede Brasileira de Educação Ambiental -Rebea; Luiz Marcelo de Carvalho, da  
407 Universidade Estadual Paulista - Unesp; Rachel Trajber, do Centro Nacional de Monitoramento  
408 e Alertas de Desastres Naturais - Cemaden; Rita Silvana Santana dos Santos, da Universidade  
409 de Brasília - UNB; Rosana Louro Ferreira Silva, do Departamento de Zoologia do Instituto de  
410 Biociências da Universidade de São Paulo - USP; Thaís Brianezi, da Escola de Comunicações  
411 e Artes da Universidade de São Paulo - ECA/USP; Vânia Galindo Massabni, da Universidade  
412 de São Paulo - USP; Vivian Battaini, da Universidade do Estado do Amazonas - UEA e Zysman  
413 Neiman, Pesquisador do Departamento de Ciências Ambientais, da Universidade Federal de  
414 São Paulo - Unifesp. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes iniciou a reunião  
415 explicando o cronograma de organização da Comissão, que visa revisar as Diretrizes  
416 Curriculares Nacionais de Educação Ambiental-DCNEA. Mencionou que o Relator, indicado  
417 inicialmente para o GT 7, optou por não assumir tal atividade tendo em vista outros  
418 compromissos, assim, coube a coordenação à professora Rachel Trajber. A Conselheira pontou



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 33, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DAS COMISSÕES

419 que se faz necessária a atualização das DCNEA à luz dos novos desafios educacionais,  
420 ambientais, sociais e climáticos. Informou que os trabalhos foram organizados em sete grupos  
421 de trabalho, constituídos de maneira plural e a partir da participação espontânea de diferentes  
422 grupos sociais. A metodologia de trabalho deverá partir da indicação três representantes que  
423 irão compor a comissão de sistematização da minuta. Destacou que os grupos de trabalho  
424 contemplam diferentes perspectivas, incluindo economia do mar, saberes originários, educação  
425 básica, e que seus representantes foram indicados pelo CNE e MEC, incluindo integrantes da  
426 sociedade civil e de movimentos sociais. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes  
427 enfatizou que a metodologia adotada se baseia no princípio da escuta ampla; reiterou a  
428 necessidade de diálogo, de forma cuidadosa em relação aos segmentos envolvidos, de modo a  
429 garantir que o texto final das diretrizes reflita a diversidade de posições existentes no campo da  
430 Educação Ambiental. Reconheceu que não haverá unanimidade, mas defendeu que é possível  
431 alcançar elevada convergência, respeitando eventuais divergências e assegurando que todas as  
432 contribuições estejam contempladas no documento final. A professora Rachel Trajber destacou  
433 a importância da realização de mapeamentos e diagnósticos compartilhados como etapa  
434 fundamental para a atualização efetiva das diretrizes. Ressaltou que tais diagnósticos permitirão  
435 compreender os aspectos prioritários da educação ambiental e suas articulações com a Educação  
436 Básica e Superior. Enfatizou que a temática não deverá se restringir apenas à formação  
437 continuada. Salientou, ainda, a relevância da participação de integrantes de movimentos sociais  
438 e da sociedade civil, cujas atuações promovem a transposição da produção científica para a ação  
439 educativa em Educação Ambiental. Reforçou a necessidade de consolidar previamente esses  
440 elementos diagnósticos para possibilitar a adequada atualização da diretriz e sua articulação  
441 com a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA. Ponderou que diagnósticos amplos e  
442 integrados entre os diferentes grupos de trabalho são essenciais para o êxito do processo e  
443 reiterou a disponibilidade do grupo em contribuir ativamente para a construção das DCNEA no  
444 país. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes informou que, no momento, o principal  
445 estudo disponível é o levantamento realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas  
446 Educacionais Anísio Teixeira - Inep. Esclareceu que o CNE não dispõe de outros estudos  
447 sistematizados, mas que poderá verificar a possibilidade de o Inep produzir novos dados ou  
448 considerar estudos complementares existentes. Ressaltou que a motivação central para a revisão  
449 das diretrizes decorre, sobretudo, da constatação dessa inação nas escolas de Educação Básica  
450 em relação à questão ambiental. Acrescentou que o processo de revisão dialoga com as  
451 discussões no âmbito do Comitê Interministerial do MEC e do Ministério do Meio Ambiente e  
452 Mudança do Clima - MMA. Destacou, nesse sentido, o valor dos saberes originários,  
453 quilombolas e de outras comunidades tradicionais, reconheceu que nesses contextos o  
454 conhecimento se constrói por meio da tradição oral e da experiência coletiva. Afirmou que a  
455 intenção do CNE é exercer um papel ativo na condução e orientação da Política Nacional de  
456 Educação Ambiental - PNEA. Informou que, após a aprovação das diretrizes, o CNE pretende



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 33, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DAS COMISSÕES

457 elaborar cadernos orientadores e operacionais, com linguagem acessível, destinados aos  
458 gestores escolares e professores, especialmente os que atuam em regiões mais afastadas, a fim  
459 de apoiar a implementação efetiva das diretrizes nas redes de ensino. A professora Rachel  
460 Trajber informou que o grupo já possui experiência prévia em processos de Consulta Pública  
461 com educadores e educadoras ambientais, com a participação do Fundo Brasileiro de Educação  
462 Ambiental - Funbea, do Instituto Clima e Sociedade e do Centro Nacional de Monitoramento e  
463 Alertas de Desastres Naturais – Cemaden. Destacou que desse trabalho resultaram cadernos  
464 pedagógicos voltados à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio,  
465 intitulados “Nós no Clima da Mudança: caminhos de educação e justiça climática”. Apresentou  
466 o interesse em compartilhar os materiais com os demais integrantes da Comissão. A Conselheira  
467 Elizabeth Regina Nunes Guedes solicitou o envio dos links e materiais mencionados. Nada mais  
468 havendo a tratar, foi encerrada a reunião. **Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de**  
469 **dois mil e vinte e cinco, das oito às dez horas, realizou-se a Reunião Extraordinária da**  
470 **Comissão Bicameral de Educação Ambiental e Mudanças Climáticas, Grupo de Trabalho**  
471 **1 – Sustentabilidade e Ecologia.** Participaram, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, os  
472 Conselheiros Elizabeth Regina Nunes Guedes (Relatora da CES) e Israel Matos Batista (Relator  
473 da CEB) e, também, os convidados especialistas, Clarissa Dalla Rosa - Doutora em Engenharia  
474 de Alimentos e Engenharia Ambiental, Professora Adjunta da Universidade Federal da  
475 Fronteira Sul - UFFS, Daniel Prado Machado – Especialista em Educação e Biólogo Molecular,  
476 Décio Luiz Gazzoni - Especialista em Produção Sustentável e Energias Renováveis  
477 da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, Fábio de Barros Ferreira Gomes  
478 Filho – Especialista em Educação e Acadêmico de Neurociência Infantil, e Gustavo Spadotti -  
479 Engenheiro Agrônomo - Embrapa Territorial. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes  
480 abriu a sessão, dando as boas-vindas aos participantes e orientou que todos se identificassem  
481 previamente antes de fazer uso da palavra, considerando que a reunião estava sendo gravada  
482 pelo CNE e pelo sistema Plaud. Informou que o objetivo central do encontro era colher  
483 subsídios dos especialistas para a elaboração da nova diretriz curricular de educação ambiental.  
484 Ressaltou a necessidade de indicação de três representantes do grupo para compor a Comissão  
485 Sintetizadora encarregada da redação do documento final. Destacou sua experiência recente na  
486 relatoria das Diretrizes Curriculares Nacionais de Medicina - DCNM e enfatizou que a  
487 construção da nova diretriz deverá ocorrer a partir da escuta qualificada dos especialistas. Na  
488 sequência, o Especialista em Educação Daniel Prado Machado deu continuidade à exposição e  
489 propôs a definição dos objetivos imediatos do grupo. Indicou que o primeiro passo seria a  
490 familiarização com o tema das Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs e sugeriu o  
491 estabelecimento do prazo, para indicação dos três nomes para a Comissão Sintetizadora.  
492 Orientou que o grupo realizasse uma leitura inicial da DCN vigente, do ano de dois mil e doze,  
493 registrando observações para posterior sistematização. Destacou a necessidade de aperfeiçoar  
494 o texto atual quanto à clareza dos objetivos, à precisão da terminologia, à coerência da estrutura



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 33, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DAS COMISSÕES

495 programática e à atualização do marco legal. Sugeriu ampliar a concepção de meio ambiente,  
496 incorporando dimensões urbanas, laborais e outras relacionadas ao processo educativo, além de  
497 incluir temas contemporâneos como novas tecnologias, indústria 4.0 e inteligência artificial. A  
498 Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes reforçou que o grupo deveria definir sua forma de  
499 organização interna, observando os prazos previstos no cronograma. O primeiro prazo refere-  
500 se ao envio dos nomes para o núcleo sintetizador e o segundo, à entrega da primeira versão da  
501 proposta do grupo ao CNE. Informou que, após essa entrega, haverá uma reunião para  
502 apresentação do material, de forma presencial ou virtual. Ressaltou que o texto atual da DCN  
503 deve ser considerado apenas como ponto de partida, pois se encontra defasado frente às novas  
504 demandas sociais. Incentivou a produção de propostas inovadoras, voltadas a todas as etapas e  
505 públicos da educação – da primeira infância aos adultos, incluindo gestores públicos. Destacou  
506 que os sete grupos consultados devem apontar caminhos consistentes para o futuro da educação  
507 ambiental no país. Em seguida, Daniel Prado Machado informou que as sugestões deveriam ser  
508 registradas em tabela específica, acompanhadas de fundamentação bibliográfica, normativa ou  
509 técnico-argumentativa. Apresentou duas metodologias de organização do trabalho: construção  
510 colaborativa de documento único em plataforma na nuvem ou elaboração de contribuições  
511 individuais, posteriormente consolidadas em arquivo único, no formato de *Word*. Comunicou  
512 que analisaria, com a Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes, a viabilidade de criação do  
513 documento compartilhado. Até a decisão final, recomendou que cada participante elaborasse  
514 contribuições individuais. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes reiterou que caberia  
515 a Daniel Prado Machado definir a dinâmica de trabalho do grupo, garantindo a consolidação  
516 das contribuições e a indicação dos três representantes para a Comissão de Sistematização.  
517 Ressaltou que todas as opiniões deverão ser consideradas, a fim de assegurar unidade entre os  
518 sete grupos. Informou que a primeira reunião do núcleo sintetizador será em quinze de  
519 dezembro de dois mil e vinte e cinco. O prazo para a entrega dos documentos consolidados foi  
520 fixado em dezesseis de janeiro de dois mil e vinte e seis, e a proposta final será apreciada pelo  
521 Conselho Pleno, em dois de junho de dois mil e vinte e seis, conforme o cronograma da  
522 Comissão. O Conselheiro Israel Matos Batista destacou que a nova diretriz deverá ser  
523 construída com foco na durabilidade, evitando que se torne rapidamente obsoleta. Ressaltou  
524 que a Política Nacional de Educação Ambiental não se consolidou plenamente e que ajustes nas  
525 diretrizes são esperados, com o decorrer dos anos. Defendeu um trabalho cuidadoso e sem  
526 pressa. O Especialista em Produção Sustentável e Energias Renováveis da Embrapa, Décio Luiz  
527 Gazzoni, solicitou o reenvio do documento de referência e recomendou que o trabalho fosse  
528 realizado integralmente em nuvem, de forma colaborativa, para evitar retrabalhos. Daniel Prado  
529 Machado concordou. Décio Luiz Gazzoni ressaltou que as contribuições individuais poderiam  
530 ser anexadas, caso alguém tivesse restrições ao trabalho compartilhado. Na sequência, a  
531 Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes afirmou que a educação ambiental precisa olhar  
532 para o futuro, formando cidadãos capazes de compreender a sustentabilidade ambiental,



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 33, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DAS COMISSÕES

533 humana e social. Citou o projeto social da Rede Mondó, no arquipélago Marajó, como exemplo  
534 do impacto da educação ambiental nas relações humanas e na cidadania. O Especialista, Fábio  
535 de Barros Ferreira Gomes Filho, manifestou-se, considerando o trabalho bem-organizado.  
536 Perguntou sobre a criação do documento na nuvem e sugeriu que os participantes enviassem  
537 previamente suas contribuições para que Daniel Prado Machado pudesse estruturar um  
538 documento-base alinhado ao formato habitual das diretrizes curriculares, facilitando a  
539 organização do conteúdo. O Engenheiro Agrônomo da Embrapa Territorial, Gustavo Spadotti,  
540 informou que teria maior facilidade na etapa de revisão textual e contribuições técnico-  
541 científicas, uma vez que não domina completamente aspectos formais de uma DCN. Destacou  
542 que o texto vigente contém trechos subjetivos e reforçou a necessidade de torná-lo mais claro,  
543 com foco em competências e *soft skills*. A Especialista e Doutora em Engenharia de Alimentos  
544 e Engenharia Ambiental, Clarissa Dalla Rosa, destacou que o documento carece de clareza  
545 estrutural e que o grupo poderia, inicialmente, definir conceitos, em seguida objetivos claros e,  
546 por fim, princípios baseados em competências e conteúdo. Questionou até que ponto o grupo  
547 poderia alterar a estrutura original e quais referências seriam aceitáveis. Afirmou acreditar que  
548 o grupo produzirá um trabalho de qualidade. Daniel Prado Machado reforçou que, nesta etapa  
549 inicial, o grupo deveria priorizar ideias amplas sobre Educação Ambiental, competências e  
550 princípios, sem se prender ao formato técnico. A organização formal seria realizada  
551 posteriormente. Informou que cada especialista poderá utilizar as referências que considerasse  
552 mais pertinentes. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes destacou a necessidade de  
553 fundamentação científica e evidências robustas. Reforçou que os especialistas representam o  
554 perfil de profissionais que se deseja formar e que a conformação final da diretriz virá em etapa  
555 posterior, sempre focada nas necessidades das futuras gerações. No encerramento, Daniel Prado  
556 Machado sintetizou que todos deveriam compartilhar suas propostas livremente, que a  
557 estruturação seria realizada em momento posterior e que o prazo para indicação dos nomes para  
558 o núcleo sintetizador seria até sexta-feira, dia vinte e um de novembro de dois mil e vinte e  
559 cinco. Agradeceu a participação de todos. O Conselheiro Israel Matos Batista encerrou  
560 oficialmente a reunião, destacando a satisfação com a diversidade e a qualidade das  
561 contribuições apresentadas. **Aos dezessete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e**  
562 **cinco, das dezesseis às dezessete horas e trinta minutos, pela plataforma *Microsoft Teams*,**  
563 **iniciou-se a Reunião Extraordinária da Comissão de Artes – Normas Complementares à**  
564 **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**, com a pauta de discussão das normas relativas à  
565 Arte na Educação Básica. Participaram da sessão os Conselheiros Leila Soares de Souza  
566 Perussolo - Presidente, Antonio Cesar Russi Callegari - Relator e Heleno Manoel Gomes de  
567 Araújo Filho. Na condição de convidados, participaram da reunião: Alexandre Falcão de Araújo  
568 - Coordenador-Geral de Educação Integral e Tempo Integral da Secretaria de Educação Básica  
569 - Cogeiti/SEB/MEC; Juliano Casimiro de Camargo Sampaio - Presidente da Federação de Arte-  
570 Educadores do Brasil - Faeb e Alexsandro do Nascimento Santos - Diretor de Políticas e



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 33, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DAS COMISSÕES

571 Diretrizes da Educação Integral Básica - DPDI/SEB/MEC. A Presidente Leila Soares de Souza  
572 Perussolo abriu a sessão agradecendo a acolhida e o trabalho realizado pelo grupo. Informou  
573 que a Comissão recebeu previamente uma minuta preparatória contendo proposta de Parecer e  
574 Minuta de Resolução. Justificou que a análise preliminar desses documentos subsidiará o  
575 encaminhamento ao colegiado da Câmara de Educação Básica. Destacou a relevância do  
576 histórico de eventos e seminários que contribuíram para a elaboração do material e comunicou  
577 a realização de reunião técnica entre os membros integrantes da Comissão e a Secretaria de  
578 Educação Básica do Ministério da Educação - SEB/MEC, no qual se buscou o aprofundamento  
579 da análise dos pontos apresentados. O Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari saudou os  
580 presentes, ressaltou a importância da reunião e corroborou às considerações iniciais da  
581 presidência da comissão. Destacou a abrangência e qualidade do material encaminhado pelos  
582 especialistas, constituindo base consistente para a elaboração do parecer e da resolução. O  
583 Coordenador-Geral Alexandre Falcão de Araújo, da Cogeiti/SEB/MEC, agradeceu ao CNE,  
584 destacou a participação da Faeb na escuta pública nacional que subsidiou os documentos  
585 técnicos. Informou que os subsídios foram encaminhados à União Nacional dos Dirigentes  
586 Municipais de Educação - Undime, ao Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed,  
587 ao Conselho Nacional de Educação - Consec, à União Nacional dos Conselhos Municipais de  
588 Educação - Uneme e ao Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distritais de Educação -  
589 Foncede, cujas devolutivas orientaram ajustes pontuais, especialmente na minuta de resolução.  
590 Assinalou como ponto sensível a temporalidade de implementação, justificando o prazo de  
591 cinco anos, todavia, foi considerada inadequada por algumas das entidades consultadas, o que  
592 motivou discussão sobre ampliação do prazo e adoção de metas intermediárias para evitar  
593 concentração de ações ao final do período. Ressaltou que, quanto ao mérito, houve consenso  
594 entre as entidades, sendo a principal preocupação estar relacionada aos impactos do prazo sobre  
595 concursos e formação de profissionais da educação na área das artes, respeitando os  
596 componentes de linguagens. O Presidente da Faeb, Juliano Casimiro de Camargo Sampaio,  
597 agradeceu a oportunidade de participar dos debates e relatou que foram realizadas consultas à  
598 sociedade civil e às associações da área de educação artística, sistematizando demandas  
599 consensuadas entre arte-educadores, especialmente para os atuantes na licenciatura em âmbito  
600 da educação básica. Destacou o descompasso entre as resoluções normativas de formação  
601 docente em Arte e a atuação dos profissionais na Educação Básica, enfatizou que o objetivo do  
602 trabalho visou integrar as necessidades curriculares da BNCC à formação superior e à prática  
603 docente, contemplando as quatro linguagens artísticas: artes visuais, dança, música e teatro.  
604 Ressaltou que o parecer proposto busca refletir sobre a legislação vigente, atender demandas  
605 históricas e definir o perfil de formação em Artes na Educação Básica. O Diretor da  
606 DPDI/SEB/MEC, Alexsandro do Nascimento Santos, destacou que no processo de elaboração  
607 das diretrizes curriculares da Política Nacional do Ensino Médio, optou-se por não detalhar  
608 planos de ação e metas intermediárias, para evitar percepção de ingerência sobre os sistemas



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 33, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DAS COMISSÕES

609 estaduais. Esclareceu que o detalhamento deverá ser realizado através de portaria do Ministério  
610 da Educação - MEC, garantindo caráter administrativo e preservando a autonomia das redes de  
611 ensino. Reforçou que o Ensino de Artes na Educação Básica deverá promover experiências que  
612 envolvam fruição, produção, participação e reflexão crítica, respeitando as especificidades  
613 epistemológicas e metodológicas de cada linguagem. Destacou a importância da formação  
614 inicial e continuada de professores, sobretudo nas áreas de dança e teatro, bem como da  
615 assistência técnica e financeira do MEC aos sistemas de ensino. Assinalou, por fim, que a  
616 implementação das diretrizes precisará considerar diagnóstico das condições existentes,  
617 planejamento progressivo e integração com políticas públicas prioritárias. O Conselheiro  
618 Antonio Cesar Russi Callegari demonstrou entusiasmo com a qualidade dos subsídios expostos  
619 e destacou a pertinência de compreender a Arte como um “campo” articulador de diferentes  
620 linguagens. Assinalou a necessidade de maior clareza quanto às atividades formativas para  
621 profissionais que atuam na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental,  
622 defendendo o fortalecimento da formação inicial e continuada dos pedagogos. Sugeriu a revisão  
623 das diretrizes voltadas as licenciaturas das quatro linguagens e destacou a importância de  
624 orientar a formação em Pedagogia, garantindo articulação entre professores especialistas e  
625 docentes da turma. Ressaltou a necessidade de compatibilizar a resolução com ajustes previstos  
626 na Resolução CNE/CP nº 4, de 2024, que trata da formação docente, especialmente no que se  
627 refere as práticas de estágios e atividades de extensão articuladas ao projeto político-pedagógico  
628 da escola, inclusive em espaços culturais externos. Pontuou que o campo da Arte não poderá  
629 permanecer desassistido enquanto os profissionais especialistas possam ingressar nas redes. O  
630 Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho relatou experiências positivas de projetos  
631 teatrais desenvolvidos fora dos ambientes escolares, articulados com a comunidade e  
632 instituições religiosas, destacou a importância de práticas integradoras que valorizem a cultura  
633 local e iniciativas comunitárias, como projetos de extensão. Juliano Casimiro de Camargo  
634 Sampaio, Presidente da Faeb, acrescentou que as associações da área têm produzido materiais  
635 de apoio alinhados às diretrizes e à Resolução CNE/CP nº 4, de 2024. Ressaltou a importância  
636 de estágios e projetos de extensão em museus e equipamentos culturais, por serem locais em  
637 que os profissionais atuam e oferecem formação qualificada a estudantes e escolas. Ponderou  
638 sobre a relevância destes espaços contarem com profissionais licenciados na área para fortalecer  
639 a articulação entre cultura e Educação Básica. O Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari  
640 comentou que a realização de estágios fora do ambiente escolar exige cautela para evitar a  
641 atuação de organizações sem caráter educacional, sugerindo que museus e espaços culturais  
642 devem estar preparados para receber estagiários sobre a supervisão de profissionais habilitados.  
643 Frisou a realização de novas audiências públicas, considerando o calendário de implementação  
644 das políticas curriculares. Alexandre Falcão de Araújo, Coordenador Geral da  
645 Cogeiti/SEB/MEC, avaliou que, diante do amplo processo de diálogo realizado ao longo de  
646 mais de um ano, a entrega das diretrizes ao CNE é esperada pela área e se encontra em uma



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 33, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DAS COMISSÕES

647 fase praticamente adequada para implementação. A Presidente Leila Soares de Souza Perussolo  
648 apontou dois aspectos a serem observados: a necessidade de garantir que seja mantida a carga  
649 horária curricular em sala de aula para os docentes, não a substituindo pela participação em  
650 projetos externos; e a competência dos docentes nos anos iniciais, em que pedagogos assumem  
651 conteúdo que se referem as quatro linguagens, demandando revisão da formação inicial e a  
652 oferta consistente de formação continuada. Destacou os desafios nos territórios indígenas e  
653 quilombolas, em que há escassez de profissionais habilitados na área, fazendo que haja maior  
654 atenção por parte MEC e dos sistemas de ensino. O Diretor da DPDI/SEB/MEC, Alexsandro  
655 do Nascimento Santos, afirmou que poderá ser incluído um dispositivo para garantir que a  
656 participação em projetos comunitários, seja complementar à regência docente, preservando a  
657 carga horária na escola. Sugeriu que na minuta não seja incorporado o profissional responsável  
658 por ministrar as aulas de Arte nos anos iniciais, evitando conflitos federativos. Porém, destacou  
659 a necessidade de formação continuada mediante regulamentação futura. Propôs a inclusão de  
660 artigo referente às modalidades de ensino, indicando as respectivas responsabilidades do MEC  
661 e dos sistemas de ensino. Colocou-se à disposição para realizar o ajuste na minuta apresentando  
662 as ponderações dos membros da comissão. A Presidente Leila Soares de Souza Perussolo  
663 agradeceu o diálogo estabelecido entre o Conselho Nacional de Educação e o Ministério da  
664 Educação; agradecendo também às entidades que contribuíram para o avanço das políticas  
665 públicas direcionadas ao ensino das artes. Nas considerações finais, o Conselheiro Antonio  
666 Cesar Russi Callegari destacou que os subsídios apresentados já registram ampla articulação e  
667 avanço na deliberação da Comissão, mencionou que o resultado permite encaminhar a minuta  
668 à Câmara de Educação Básica para a reunião em dezembro. Tal documento contribuirá para  
669 orientar a implementação no ensino médio e nos demais níveis da educação básica. Por fim,  
670 agradeceu o trabalho realizado pela equipe. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada  
671 pela Presidente Leila Soares de Souza Perussolo. **Aos dezoito dias do mês de novembro do**  
672 **ano de dois mil e vinte e cinco, das oito às dez horas, realizou-se, por meio da Plataforma**  
673 **Microsoft Teams, a Reunião Extraordinária da Comissão de Educação Ambiental e**  
674 **Mudanças Climáticas, com a pauta referente ao Grupo de Trabalho 2 – Saberes**  
675 **Originários.** Participaram os Conselheiros Elizabeth Regina Nunes Guedes (Relatora da CES)  
676 e Israel Matos Batista (Relator da CEB) e os convidados, Luiz Marcos de França Dias -  
677 Quilombola da comunidade São Pedro, localizada no Vale do Ribeira, São Paulo, liderança  
678 comunitária, pesquisador, graduado em Letras, mestre em Educação e docente da Escola  
679 Estadual Maria Antônia Chules Princesa e Maria Páscoa Sarmiento de Sousa, Educadora popular  
680 e professora pesquisadora, graduada em Letras, mestre em Planejamento do Desenvolvimento  
681 -PPGDSTU/NAEA/UFPA e doutora em Antropologia -PPGA/UFPA. A Conselheira Elizabeth  
682 Regina Nunes Guedes abriu a sessão cumprimentando os participantes e informou que, embora  
683 o grupo conte originalmente com quatro integrantes, houve alteração em sua composição.  
684 Destacou que será possível iniciar os trabalhos e apresentar a proposta referente às atividades



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 33, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DAS COMISSÕES

685 que estão sendo iniciadas no âmbito da Comissão. A Relatora explicou que o Conselho Nacional  
686 de Educação recebeu a missão de realizar a revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais de  
687 Educação Ambiental e de Mudanças Climáticas. Informou que encaminhou aos participantes  
688 um documento contendo a formação de sete grupos de trabalho, cada um representando  
689 diferentes perspectivas sobre o meio ambiente, incluindo cientistas, representantes da Embrapa,  
690 setores ligados à agricultura, especialistas relacionados as florestas e demais áreas correlatas.  
691 Esclareceu que este grupo, em especial, foi pensado — inclusive após diálogo prévio com a  
692 Conselheira Givânia Maria da Silva — para representar os saberes originários, trazendo ao  
693 processo a compreensão de meio ambiente vivida por povos e comunidades que habitam  
694 territórios tradicionais e não urbanos. Destacou a importância de incluir, na revisão das  
695 diretrizes, a visão de quem vive o saber originário de forma integral, muitas vezes transmitido  
696 por meio da oralidade e da experiência cotidiana. A Conselheira ressaltou que a intenção é que  
697 as diretrizes revisadas tenham caráter transversal e acompanhem a formação dos cidadãos  
698 brasileiros, desde a primeira infância, incluindo a fase gestacional, até a pós-graduação *stricto-*  
699 *sensu*, de modo a garantir uma visão integral e contínua da educação ambiental. Sinalizou que  
700 a participação do grupo é essencial, razão pela qual propôs que seus integrantes também  
701 componham a Comissão de Sistematização, responsável pela redação final do documento.  
702 Esclareceu que esta medida visa assegurar que as contribuições do grupo sejam efetivamente  
703 contempladas e não omitidas ao longo da formulação do documento final. Informou que a  
704 reunião tinha como objetivo principal organizar a atuação do grupo e iniciar a montagem da  
705 Comissão de Sistematização, conforme previsto no cronograma previamente enviado,  
706 colocando-se à disposição para escuta das manifestações dos participantes. Luiz Marcos de  
707 França Dias, iniciou sua participação cumprimentando os presentes, relatou que sua trajetória  
708 e militância se iniciam desde o nascimento, a partir do pertencimento ao território quilombola.  
709 Apresentou a Comunidade São Pedro, situada em região de Mata Atlântica, onde se preserva  
710 parte significativa da floresta, convivendo diferentes povos e comunidades tradicionais, entre  
711 eles destacou caiçaras, quilombolas, povos indígenas Guarani, caboclos e ribeirinhos. Destacou  
712 que essa diversidade compõe uma rede de saberes originários profundamente vinculados ao  
713 território. Esclareceu que, para as comunidades tradicionais, o território não se limita a  
714 delimitações geográficas ou cercas, mas compreende todos os seres que nele coexistem —  
715 crianças, adultos, idosos, animais, plantas, espécies de madeira, rios, peixes e demais elementos  
716 naturais. Ressaltou que os membros possuem o mesmo direito à vida e à continuidade de seus  
717 ciclos, de modo que a relação com o ambiente é de coexistência e respeito. Informou que, por  
718 tradição, ninguém adentra a mata ou o rio sem realizar um gesto simbólico de licença, ainda  
719 que não se trate de um ritual formal, mas um ato de conexão e reconhecimento daquele espaço.  
720 Mencionou que os saberes tradicionais da região são produzidos a partir da roça de coivara,  
721 prática central para a organização social e alimentar das comunidades quilombolas. Explicou  
722 que essa técnica envolve o uso controlado do fogo em pequenas áreas de vegetação nativa,



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 33, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DAS COMISSÕES

723 permitindo que os resíduos orgânicos se tornem adubo e contribuam para a fertilidade do solo.  
724 Destacou que, diferentemente dos incêndios descontrolados amplamente divulgados na mídia,  
725 o manejo tradicional é realizado com cuidado, conhecimento acumulado e observação precisa  
726 das condições ambientais. Ressaltou que, historicamente, antes do aumento das restrições  
727 ambientais impostas no estado de São Paulo, a roça era acompanhada de práticas culturais que  
728 incluíam bailes comunitários, partilhas de alimentos, preparo de bebidas, criação e consumo de  
729 animais e a realização de danças tradicionais. Citou o conhecimento sobre as fases da lua como  
730 elemento essencial para decidir o momento adequado de plantar, roçar e colher. Afirmou que  
731 esse conjunto de práticas, saberes e vivências constitui o que, desde dois mil e dezoito, passou  
732 a ser reconhecido como Sistema Agrícola Tradicional Quilombola - SATQ, que integra  
733 dimensões produtivas, culturais, ambientais e espirituais das comunidades. Destacou que o -  
734 SATQ, reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, em  
735 dois mil e dezoito, envolve mais de duzentas e quarenta espécies e reúne práticas de cultivo,  
736 preservação de sementes, uso de plantas medicinais e manejo sustentável do território.  
737 Ressaltou que esses saberes precisam ser perpetuados tanto na educação não formal quanto nas  
738 escolas, especialmente por meio da presença de jovens quilombolas que estudem, retornem e  
739 fortaleçam as comunidades. Informou sobre iniciativas de formação de professores quilombolas  
740 e a necessidade de que os territórios estejam representados nos processos educacionais.  
741 Explicou que a comunidade mantém mais de noventa por cento de sua área preservada, graças  
742 as práticas tradicionais como a roça de coivara, apesar de enfrentar pressões externas, como  
743 normas inadequadas, mineradoras e barragens. Relatou o caso do Quilombo Bombas, que  
744 recentemente conquistou estrada e escolas, mesmo sendo um território historicamente  
745 responsável pela preservação ambiental. Encerrou afirmando que não é possível discutir  
746 Educação Ambiental ou Mudanças Climáticas sem garantir a proteção, a regularização e a  
747 demarcação dos territórios tradicionais, que são fundamentais para a conservação da floresta. A  
748 Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes agradeceu a contribuição e destacou a importância  
749 de incorporar o conhecimento tradicional quilombola nas diretrizes educacionais. Ressaltou que  
750 parte da luta quilombola decorre da invisibilidade social, mencionando a dificuldade de  
751 identificar quantos quilombolas acessam políticas como cotas, diferentemente da população  
752 indígena, já reconhecida socialmente. Apontou que os quilombolas seguem invisibilizados e  
753 que a educação deverá desenvolver competências para que crianças e jovens compreendam e  
754 reconheçam os saberes e culturas. Enfatizou que o modo de vida quilombola constitui um  
755 mundo próprio e valorizou essa forma de organização comunitária. Finalizou mencionando que  
756 pretende visitar a comunidade de Luiz Marcos de França Dias, em articulação com a  
757 Conselheira Givânia Maria da Silva. Maria Páscoa Sarmento de Sousa, afirmou que reside no  
758 bioma amazônico, marcado por profundas contradições ambientais, políticas, sociais e  
759 econômicas, e que sua região compõe a Fronteira Agrícola do Brasil, colocando os territórios  
760 quilombolas sob diversas ameaças. Ressaltou que a existência quilombola no Brasil é



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 33, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DAS COMISSÕES

761 atravessada por um racismo estrutural e ambiental, produzindo invisibilidade nas ações  
762 climáticas. Citou que, durante a COP-30, a Coordenação Nacional de Articulação das  
763 Comunidades Negras Rurais Quilombolas - Conaq recebeu apenas quatro credenciais para  
764 participar da Blue Zone, evidenciando a baixa representatividade. Destacou que os quilombolas  
765 são protetores e guardiões da biodiversidade, preservando mais de dois milhões e novecentos e  
766 cinquenta mil quilômetros quadrados de floresta em seus territórios titulados, ao lado de povos  
767 indígenas. Mesmo diante da dívida histórica do Estado quanto ao reconhecimento territorial.  
768 Comparou índices de perda florestal entre mil novecentos e oitenta e cinco e dois mil e vinte e  
769 dois, mostrando que os territórios quilombolas perderam apenas quatro vírgula sete por cento  
770 da cobertura vegetal, enquanto áreas privadas perderam vinte e dois por cento, evidenciando a  
771 eficácia de seu modo de vida sustentável, baseado em práticas como roça de coivara, pousio  
772 longo e manejo equilibrado dos recursos naturais. Explicou que a terra é considerada “mãe,  
773 irmã e companheira” e que elementos naturais e entidades protetoras — como rios, mangues e  
774 nascentes — são respeitados, mantendo uma harmonia ecológica que considera humanos e não  
775 humanos como partícipes do território. Sobre educação, enfatizou que crianças e jovens  
776 quilombolas são agentes de sua própria formação, mas que a escola formal, que não dialoga  
777 com esse modo de vida, pode descaracterizar a identidade quilombola, principalmente pela falta  
778 de professores quilombolas nos territórios. Defendeu a incorporação da epistemologia  
779 quilombola na Educação Ambiental, trazendo o conhecimento do território e modos de vida  
780 para a construção das diretrizes do grupo. Afirmou que seu papel e o de Luiz Marcos de França  
781 Dias é articular essas epistemologias. Finalizou agradecendo a oportunidade de participação. O  
782 Conselheiro Israel Matos Batista agradeceu as contribuições do grupo e destacou o aprendizado  
783 proporcionado. Afirmou que o desafio agora é traduzir a diversidade de saberes — indígenas,  
784 quilombolas e de outras realidades brasileiras — para as diretrizes curriculares, de forma que  
785 os estudantes, independentemente do território em que vivem, tenham acesso a esses  
786 conhecimentos. Relacionou o debate ao contexto da Conferência Climática Internacional, citou  
787 contradições como a presença recorde de lobistas de combustíveis fósseis em delegações de  
788 alguns países. Questionou como esses paradoxos podem ser incorporados à educação e  
789 ressaltou que decisões ligadas à COP-30 devem considerar o bem da humanidade. Apontou a  
790 necessidade de repensar modelos de felicidade e formas de medir riqueza, superando  
791 indicadores baseados no consumo e valorizando aspectos como cultura, leitura e convivência  
792 familiar, a exemplo de outros países. Defendeu evitar clichês na abordagem do agronegócio,  
793 promovendo um debate equilibrado e profundo com a sociedade, desde as etapas iniciais da  
794 educação básica. Enfatizou que as contribuições apresentadas trazem grande riqueza para o  
795 trabalho da Comissão e que este grupo, em especial, oferece um caminho de discussão relevante  
796 para a conjuntura global. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes afirmou concordar  
797 integralmente com as colocações do Conselheiro Israel Matos Batista, bem como a dos  
798 convidados. Destacou a centralidade da formação de professores, ressaltou que ela é tão



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 33, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DAS COMISSÕES

799 importante quanto a inserção dos conteúdos relacionados à cultura e aos conhecimentos  
800 quilombolas e tradicionais. Observou que não é possível ensinar adequadamente sobre  
801 realidades territoriais específicas sem que o professor esteja preparado para compreendê-las.  
802 Informou que, conforme o cronograma, o grupo deverá apresentar um primeiro documento no  
803 início de dezembro, orientando para que não se prendam ao formato tradicional de Diretrizes  
804 Curriculares Nacionais da Educação Ambiental, pois esse ajuste será realizado posteriormente.  
805 Ressaltou que o CNE precisa aprender com o grupo o que ainda não domina, para assegurar  
806 que políticas de preservação ambiental incorporem também os saberes tradicionais dos povos  
807 originários e quilombolas. Pontuou que essas comunidades não praticam preservação ambiental  
808 por modismo ou por convencimento recente, mas porque essa é uma prática histórica,  
809 construída há séculos, o que reforça o valor de suas contribuições. Indicou que pretende  
810 convidar a Conselheira Givânia Maria da Silva para integrar o Grupo de Trabalho 2 e relatou  
811 esforços em andamento para apoiar o levantamento de dados sobre a população quilombola,  
812 incluindo localização, número de famílias e estudantes, utilizando fontes como Pesquisa  
813 Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD e o Conjunto dos Dados Estatísticos. Reforçou  
814 que é importante ampliar a participação de representantes quilombolas no grupo, considerou  
815 que o trabalho seguirá até junho de dois mil e vinte e seis. Afirmou que quanto mais pessoas  
816 participarem, mais efetivas serão as diretrizes, que deverão desenvolver competências em  
817 crianças e jovens relacionadas à diversidade, inclusão, acolhimento e respeito às diferenças. Em  
818 sua intervenção, destacou que as contribuições serão integralmente consideradas na formulação  
819 das diretrizes curriculares, enfatizou que não haverá disputa ou perda no processo decisório:  
820 tudo o que for trazido pelo grupo será incorporado para promover maior empatia e  
821 compreensão, por parte da sociedade brasileira, sobre o papel e os saberes dessas comunidades.  
822 A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes agradeceu a participação. Informou que fará a  
823 transcrição do encontro e encaminhará o documento ao grupo, destacou que esse material  
824 servirá como ponto de partida dos trabalhos. Comunicou que incluirá os participantes na  
825 Comissão de Sistematização e que acrescentará novos integrantes à medida que forem indicados  
826 pelo grupo, deu a reunião por encerrada. **Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano**  
827 **de dois mil e vinte e cinco, das oito às dez horas, realizou-se a Reunião Extraordinária da**  
828 **Comissão de Educação Ambiental e Mudanças Climáticas do Conselho Nacional de**  
829 **Educação – CNE, referente ao Grupo de Trabalho 6, constituído por indicações da**  
830 **Doutora Cláudia Coelho Santos, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Uesb.**  
831 Participaram, por meio da plataforma *Microsoft Team*, os Conselheiros Cleunice Matos Rehem  
832 - Presidente; Elizabeth Regina Nunes Guedes - Relatora e Heleno Manoel Gomes de Araújo  
833 Filho. Participaram também, virtualmente pela plataforma *Microsoft Teams*, os convidados  
834 Especialistas, Celso Sánchez Pereira - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro –  
835 Unirio, Claudia Coelho Santos - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Uesb,  
836 Isabel Cristina de Moura Carvalho -Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, José



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 33, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DAS COMISSÕES

837 Matarezi - Universidade do Vale do Itajaí - Univali, Maria Ludetana Araújo - Núcleo de Altos,  
838 Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará – Naea/UFPA, Nathalia Cristina Costa  
839 do Nascimento - Universidade de São Paulo – USP, Dra. Rachel Trajber, Antropóloga do Centro  
840 Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – Cemaden. A Conselheira  
841 Elizabeth Regina Nunes Guedes iniciou a sessão dando as boas-vindas aos participantes,  
842 explicou a composição dos grupos de trabalho e informou que havia participantes da ecologia,  
843 vinculados ao setor agroambiental, representantes de saberes originários, quilombolas e  
844 indígenas, além de especialistas na área econômica relacionada ao mar e aos oceanos. Ressaltou  
845 que o grupo havia sido constituído por indicação da Doutora Claudia Coelho Santos - Uesb, em  
846 atendimento à orientação do Diretor Fundador do Instituto Paulo Freire do Brasil, José  
847 Eustáquio Romão. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes explicou que cada grupo  
848 deverá indicar três representantes para compor a comissão que trabalhará diretamente com a  
849 Presidência da Comissão e com os(as) Conselheiros(as) responsáveis. Destacou que os grupos  
850 terão autonomia para se reunirem, debaterem e apresentarem propostas que serão consolidadas  
851 no âmbito da Comissão. Ressaltou que, se desejarem, poderão indicar quatro representantes,  
852 sem restrições. Ainda com a palavra, a Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes mencionou  
853 experiências anteriores, como a revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de  
854 Medicina, demonstrou que é possível trabalhar de forma ampla com grupos numerosos,  
855 alcançando consensos por meio da escuta qualificada. Complementou que a ideia era que os  
856 participantes se organizassem, indicassem os representantes desejados e consultassem o  
857 cronograma previamente enviado. Destacou a importância do cumprimento dos prazos e  
858 informou que no mês de junho do próximo ano, antes do período de intensificação da campanha  
859 eleitoral, ocorrerá um evento nacional relevante sobre meio ambiente, com a presença do  
860 Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ocasião na qual se pretende entregar as  
861 Diretrizes Nacionais de Educação Ambiental. Em seguida, a Conselheira passou a coordenação  
862 da reunião à Dra. Claudia Coelho Santos, em conjunto com a Presidente da Comissão,  
863 Conselheira Cleunice Matos Rehem. A Dra. Claudia Coelho Santos saudou os presentes, e  
864 informou que o grupo já havia realizado uma reunião inicial ampla, antes da subdivisão em  
865 Educação Básica e Educação Superior, incluindo a participação do professor Marcos  
866 Sorrentino - Biólogo, Educador e Ambientalista. Explicou que foram realizadas duas rodadas  
867 de reuniões preliminares, nas quais surgiram dúvidas, que considerou importante apresentar ao  
868 grupo. Indicou que a primeira questão a ser esclarecida consiste em compreender os motivos  
869 que levaram o CNE a iniciar a revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação  
870 Ambiental, a fim de identificar se a demanda partiu do Ministério da Educação – MEC ou de  
871 algum setor específico ou de necessidade institucional do próprio Conselho. Destacou, que o  
872 objetivo era obter maior clareza sobre a dinâmica e os propósitos do processo. O segundo  
873 questionamento referiu-se à existência de estudos ou informações indicativas sobre o  
874 cumprimento ou não das diretrizes vigentes pelos sistemas de ensino, ponto considerado



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 33, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DAS COMISSÕES

875 essencial para orientar o processo de revisão. A Especialista Rachel Trajber do - Cemaden,  
876 contribuiu para a discussão, destacou aspectos relacionados à implementação prática das  
877 diretrizes. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes agradeceu a participação dos  
878 convidados presentes, expressou satisfação pelo encontro e aprendizado proporcionado. Nada  
879 mais havendo a tratar, a reunião foi oficialmente encerrada. **Aos vinte e sete dias do mês de**  
880 **novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, das oito às dez horas, realizou-se a Reunião**  
881 **Extraordinária da Comissão de Educação Ambiental e Mudanças Climáticas, referente**  
882 **ao Grupo de Trabalho 4 – Fórum Nacional de Educação - FNE.** Participaram por meio da  
883 plataforma *Microsoft Teams*, os Conselheiros Cleunice Matos Rehem -Presidente e Israel Matos  
884 Batista - Relator da CEB. Participaram também, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, os  
885 convidados Carlos Alberto Marques -Presidente do Sindicato dos Professores das  
886 Universidades Federais de Santa Catarina – APUFSC e Diretor de Políticas Educacionais da  
887 Proifes - Federação e Suzana Machado Pádua - Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela  
888 Universidade de Brasília - UnB e Mestre em Educação Ambiental pela Universidade da Flórida.  
889 O Conselheiro Israel Matos Batista abriu a sessão, cumprimentou os participantes e declarou  
890 oficialmente iniciados os trabalhos. Agradeceu a presença da Conselheira Cleunice Matos  
891 Rehem e dos Especialistas e destacou a importância das contribuições externas para o  
892 aperfeiçoamento das Diretrizes de Educação Ambiental. Em seguida, apresentou a síntese sobre  
893 o andamento dos trabalhos do Grupo de Trabalho 4, contextualizando os objetivos da reunião,  
894 especialmente no tocante ao alinhamento das propostas com as diretrizes do Fórum Nacional  
895 de Educação - FNE e com o processo de atualização das normativas da Comissão. Assinalou a  
896 necessidade de consolidar elementos que reforcem a intersetorialidade, a cooperação federativa  
897 e a integração da Educação Ambiental às políticas de Estado. Carlos Alberto Marques, da  
898 Apufsc, fez uso da palavra, agradeceu o convite e destacou a relevância da participação das  
899 entidades representativas dos docentes na construção das políticas de Educação Ambiental.  
900 Ressaltou que a formação continuada dos professores necessita incorporar dimensões críticas  
901 da sustentabilidade, além de mecanismos de apoio institucional que fortaleçam a atuação  
902 docente. Observou que a aproximação entre o CNE e o FNE representa um avanço na  
903 articulação entre sociedade civil, instituições de ensino e poder público. Suzana Machado  
904 Pádua, Dra. pela UNB, apresentou considerações sobre a importância de integrar abordagens  
905 socioambientais aos currículos escolares de maneira estruturante. Destacou que a Educação  
906 Ambiental deverá contemplar dimensões éticas, culturais e territoriais, permitindo ao estudante  
907 compreender a complexidade das relações entre sociedade e natureza. Enfatizou que as políticas  
908 públicas efetivas dependem de diálogos permanentes com comunidades, gestores e movimentos  
909 sociais, de modo a garantir que a sustentabilidade seja incorporada como princípio orientador  
910 das práticas pedagógicas. Ressaltou, por fim, a necessidade de sistematização de indicadores  
911 de avaliação que permitam acompanhar a implementação das diretrizes em nível nacional. O  
912 Conselheiro Israel Matos Batista registrou as contribuições apresentadas e discutiu a



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 33, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DAS COMISSÕES

913 importância de adequar a redação da minuta às orientações do CNE e às Diretrizes previstas  
914 pelo Plano Nacional de Educação -PNE. Destacou que o documento deverá refletir os  
915 fundamentos da Educação Ambiental crítica, interdisciplinar e participativa. A Conselheira  
916 Cleunice Matos Rehem agradeceu as manifestações dos Especialistas, sublinhando que as  
917 contribuições serão consideradas na etapa de consolidação do texto. Indicou que a Comissão  
918 dará prosseguimento às análises técnicas e às escutas necessárias à construção de uma proposta  
919 sólida e alinhada às demandas contemporâneas da Educação Ambiental. Não havendo outras  
920 manifestações, o Relator Israel Matos Batista encerrou a sessão, agradeceu a presença dos  
921 convidados e reafirmou o compromisso da Comissão na continuidade dos trabalhos. **Aos vinte  
922 e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, realizou-  
923 se a Reunião Extraordinária da Comissão de Educação Ambiental e Mudanças  
924 Climáticas, com a pauta voltada ao Grupo de Trabalho 5 – Indicações do Conselheiro  
925 Israel Matos Batista.** Participaram por meio da plataforma *Microsoft Teams* os Conselheiros  
926 Elizabeth Regina Nunes Guedes (Relatora da CES) e Israel Matos Batista (Relator da CEB).  
927 Participaram também, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, convidados Especialistas,  
928 Adriana Maria Barbosa Guimas – Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade do  
929 Minho – UMinho/Portugal, técnica em Meio Ambiente pela Escola Técnica Federal do  
930 Amazonas e Consultora na Motriz; Alcielle Santos – Diretora de Educação no Lungo e Doutora  
931 em Educação; Antonio Bara Bresolin – Diretor Executivo do Movimento pela Base; Beatriz  
932 Benedito – Analista de Políticas Públicas do Instituto Alana; Bruna Du Plessis – Consultora na  
933 área de pesquisa do Movimento pela Base; Cristiano Ferraz – Especialista em Recursos  
934 Pedagógicos da Nova Escola; Flávia Nascimento Ribeiro – Pesquisadora e Especialista em  
935 Educação, licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes; Mauro  
936 Márcio Tavares da Silva – Coordenação Pedagógica de Educação Ambiental da Secretaria de  
937 Educação do Estado do Pará – Seduc/PA; Paula Mendonça de Menezes – Assessora Pedagógica  
938 no Programa Criança e Natureza – Instituto Alana; Semíramis Biasoli – Secretária-Geral do  
939 Funbea – Fundo Brasileiro de Educação Ambiental; e Valquíria Santos – Coordenadora-Geral  
940 de Formação Continuada para as Relações Étnico-Raciais e a Educação Escolar Quilombola,  
941 CGERQ/SEB/MEC, Especialista em Educação Quilombola e Indígena e Consultora em  
942 Aprendizagem. O Conselheiro Israel Matos Batista iniciou a sessão dando as boas-vindas aos  
943 participantes e comunicou que o grupo precisava indicar seus representantes para o Comitê que  
944 comporá o Núcleo Sintetizador, responsável por consolidar e debater as contribuições  
945 entregues. Destacou que o Grupo de Trabalho 5 já possui estudos sobre a situação das diretrizes  
946 curriculares no Brasil, a presença da Educação Ambiental no currículo e informações da  
947 situação internacional e nacional, de forma abrangente. Ressaltou que o grupo tinha expectativa  
948 de contribuir significativamente para a formulação das Diretrizes Curriculares Nacionais de  
949 Educação Ambiental. O Conselheiro informou, ainda, que enviaria os resumos das reuniões  
950 anteriores, complementando os que já haviam sido compartilhados, para que todos pudessem



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 33, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DAS COMISSÕES

951 participar e compreender melhor os debates. Adriana Maria Barbosa Guimas – Motriz,  
952 comentou sobre a necessidade de manusear e realizar a gestão do currículo internamente nas  
953 redes de educação. O Conselheiro Israel Matos Batista explicou que a nova regra sobre os  
954 itinerários formativos de aprofundamento do Ensino Médio prevê seiscentas horas em uma das  
955 quatro grandes áreas do conhecimento e destacou a necessidade de produzir material orientativo  
956 para que as escolas utilizem essas horas de forma eficaz, aproveitando a demanda do ano de  
957 dois mil e vinte e seis para introduzir a Educação Ambiental. Reforçou a importância de ter uma  
958 visão geral sobre a educação e identificar os momentos e espaços em que a Educação Ambiental  
959 poderá ser inserida. Ainda com a palavra, o Conselheiro Israel Matos Batista considerou a  
960 reunião uma das mais importantes e ricas realizadas, informou que encaminhará em breve um  
961 resumo dela, juntamente com o novo cronograma de atividades, discutido com Antonio Bara  
962 Bresolin. O Conselheiro solicitou ao grupo que indicasse de dois a três nomes para compor o  
963 núcleo de sistematização, que será responsável por colocar “a mão na massa”, realizar escutas  
964 e consolidar informações. Paula Mendonça de Menezes, do Instituto Alana, questionou sobre o  
965 cronograma de participação do núcleo e o Conselheiro Israel Matos Batista esclareceu que ainda  
966 será ajustado após a reunião da Comissão na semana seguinte, com previsão de que o primeiro  
967 texto seja elaborado para debate público no primeiro semestre de dois mil e vinte e seis,  
968 possibilitando a produção do relatório inicial. Acrescentou que o cronograma de dezembro de  
969 dois mil e vinte e cinco e janeiro de dois mil e vinte e seis será ajustado para evitar conflitos  
970 com o período de férias, garantindo a participação dos setes Grupos de Trabalho. O Conselheiro  
971 agradeceu a participação e dedicação, afirmou que o grupo contribuirá de forma relevante para  
972 que o CNE produza diretrizes coerentes, úteis e de impacto social. Ressaltou a importância de  
973 enfrentar a emergência ambiental vigente. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.  
974 E, para constar, eu, Luciana Pereira Gomes Borges de Oliveira, lavrei a presente ata que, uma  
975 vez aprovada, será assinada eletronicamente por mim e pelo Presidente do CNE, Conselheiro  
976 Antonio Cesar Russi Callegari. Brasília, vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e cinco.